

LEI Nº 139/1995, 18 DE OUTUBRO DE 1995.



## **CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE QUATRO PONTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

**Art. 1º** Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Quatro Pontes - PR, com a finalidade de assessorar o Governo Municipal, na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental, mantidos pelo Município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

- I - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;
- II - promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Munícipes, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos "in natura", objetivando a obtenção de pratos saborosos e nutritivos;
- III - orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região;
- IV - sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Municipal, visando:
  - a) as metas a serem alcançadas;
  - b) a aplicação dos recursos previstos na Legislação Nacional;
  - c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para alimentação escolar;
- V - articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos Estadual e Federal e com outros órgãos da Administração Pública ou Privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas Municipais;

VI - fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de Ensino Municipal;

VII - articular-se com as escolas Municipais, conjuntamente com os órgãos de educação do Município, motivando-as na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

VIII - realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

IX - realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-os em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

X - exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como sobre a limpeza dos locais de armazenamento;

XI - realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico e seus efeitos sobre a alimentação;

XII - promover a realização de cursos de culinária, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais;

XIII - levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçar e avaliar o programa no Município.

XIV - Zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias; (Redação acrescida pela Lei nº 357/2001)

XV - Receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. (Redação acrescida pela Lei nº 357/2001)

Parágrafo Único. A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar, ficará a cargo do departamento de educação do Município.

## CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

**Art. 2º** O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

~~1 - o dirigente do departamento de educação da Prefeitura que o presidirá;~~

~~1 - um representante do Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 339/2000)~~

~~I - o dirigente do departamento de educação da Prefeitura; (Redação dada pela Lei nº 357/2001)~~

I - um representante do Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 948/2009)

~~II - 1 (hum) representante da Associação Comercial;~~

~~II - um representante do Poder Legislativo; (Redação dada pela Lei nº 339/2000)~~

II - dois representantes das entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação; (Redação dada pela Lei nº 948/2009)

~~III - 1 (hum) representante dos professores das escolas municipais;~~

~~III - dois representantes dos professores; (Redação dada pela Lei nº 339/2000)~~

III - dois representantes de pais de alunos; (Redação dada pela Lei nº 948/2009)

~~IV - 1 (hum) representante de pais de alunos;~~

~~IV - dois representantes de pais de alunos; (Redação dada pela Lei nº 339/2000)~~

IV - dois representante de entidades civis organizadas. (Redação dada pela Lei nº 948/2009)

~~V - 1 (hum) representante da Associação de Pequenos Produtores do Município.~~

V - um representante de outro segmento da sociedade local. (Redação dada pela Lei nº 339/2000)

~~§ 1º A cada membro efetivo corresponderá um suplente.~~

~~§ 1º Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria representada. (Redação dada pela Lei nº 339/2000)~~

§ 1º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do inciso II, os quais poderão ter como suplentes qualquer um dos segmentos citados neste inciso. (Redação dada pela Lei nº 948/2009)

~~§ 2º A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feita por decreto do Prefeito para o prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado.~~

~~§ 2º A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feita por ato do Chefe do Executivo Municipal, para o prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado. (Redação dada pela Lei nº 357/2001)~~

§ 2º A nomeação dos membros titulares e dos suplentes será feita por portaria do Prefeito,

para um mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos. (Redação dada pela Lei nº 948/2009)

~~§ 3º O Presidente do Conselho permanecerá como tal durante o tempo que durar sua função como dirigente do departamento de educação.~~

~~§ 3º O Presidente será eleito e destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros do CAE presentes em Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim. (Redação dada pela Lei nº 357/2001)~~

§ 3º O Presidente e o Vice-Presidente devem ser eleitos entre os membros representantes dos docentes, discentes, trabalhadores na área de educação, pais de alunos e entidades civis organizadas, titulares, em assembléia especialmente convocada para tal finalidade, após a posse dos conselheiros nomeados, sendo lavrado em ata, devidamente assinada pelos conselheiros titulares presentes. (Redação dada pela Lei nº 948/2009)

§ 4º Os representantes referidos neste artigo serão indicados por suas entidades ao Prefeito Municipal, para nomeação.

§ 5º No caso de ocorrência da vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 6º O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

§ 7º Ficarà extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificação, a 2 (duas) reuniões consecutivas do Conselho ou a 4 (quatro) alternadas.

~~§ 8º Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.~~

§ 8º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado. (Redação dada pela Lei nº 948/2009)

§ 9º O Presidente e Vice-Presidente serão eleitos e destituídos pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros do CAE presentes em Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim. (Redação acrescida pela Lei nº 948/2009)

**Art. 3º** ~~O Vice-Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado.~~

**Art. 3º** O Vice-Presidente do Conselho será eleito e destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros do CAE presentes em Assembléia Geral, especialmente convocada para tal fim. (Redação dada pela Lei nº 357/2001)

**Art. 4º** O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá Serviço Público relevante.

**Art. 5º** As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

### CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 6º** O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

I - recursos próprios do Município consignados no orçamento anual;

II - recursos transferidos pela União e pelo Estado;

III - recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou Internacionais.

**Art. 7º** O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

**Art. 8º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

**Art. 9º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quatro Pontes, Estado do Paraná, em 18 de outubro de 1995.

ANTÔNIO RUDI LEOBET  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilmar Ricardo Bender  
Diretor do Dep. de Adm. e Finanças